

BRASA - BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION
IX CONGRESSO
New Orleans, 26-27 de março de 2008

Como sair do desemprego?
Laços fortes e laços fracos na procura de trabalho em São Paulo

Nadya Araujo Guimarães

Universidade de São Paulo (Departamento de Sociologia)
Luciano Gualberto 315 – Cidade Universitária
05.508-010 São Paulo SP Brasil

Centro de Estudos da Metrópole (Cebrap)
Morgado de Mateus, 615 – Vila Mariana
04.015-902 São Paulo SP Brasil

E-mail: nadya@usp.br

Webpage: www.fflch.usp.br/sociologia/nadya

A comunicação apresenta resultados de uma pesquisa voltada para entender como as oportunidades ocupacionais são postas ao alcance dos indivíduos, focalizando os mecanismos por estes acionados na saída do desemprego. Baseia-se em achados de um *survey* conduzido, no ano de 2004, junto a uma amostra representativa de demandantes de trabalho em agências de emprego na região metropolitana de São Paulo, maior mercado de trabalho (e de intermediação) do Brasil. Foram entrevistadas 1.549 pessoas, localizadas em 50 diferentes pontos de procura. O texto analisa o tipo de mecanismo acionado na procura de trabalho – se redes pessoais ou mecanismos de mercado, tais como anúncios classificados, agências de emprego, procura virtual pela internet – de modo a verificar qual a capacidade que os mesmos têm de produzir a obtenção da ocupação; e, mais ainda, qual a qualidade da ocupação que se logra obter conforme o tipo de mecanismo de procura que se aciona. A reflexão se inspira nos debates contemporâneos da sociologia sobre o tema da construção social dos mercados e, nela, o papel das relações extra-econômicas na configuração do comportamento dos atores na vida econômica.

Princeton

Março de 2008

Como sair do desemprego? Laços fortes e laços fracos na procura de trabalho em São Paulo¹

Nadya Araujo Guimarães²

As redes sociais são mecanismos imprescindíveis para se desvendar não apenas o processo de circulação de informações sobre oportunidades (ocupacionais, dentre outras), mas igualmente para se entender a alocação social dessas oportunidades.

Encarar esse tema é uma tarefa especialmente instigante se tomarmos em conta a agenda atual da sociedade brasileira. Nela, as condições de estruturação do mercado de trabalho, assim como o peso, a natureza e a forma de operação das redes sociais refletem a experiência histórica de uma sociedade em que jamais se consolidou um regime de proteção que fosse, como em outros casos, inclusive pela abrangência numérica dos que a ele se incorporaram, amplo pela multiplicidade dos mecanismos de proteção oferecidos e efetivo pela adequação existente entre tais mecanismos e as necessidades sociais existentes. Ao contrário, no regime de bem-estar que construímos, os ônus da ausência de emprego e da procura de trabalho têm recaído, maiormente, sobre os ombros dos indivíduos, mais das vezes desprovidos de formas institucionalizadas de efetiva proteção, dado o caráter recente, restrito e pouco efetivo das políticas que sustentam a institucionalização do emprego e do desemprego no Brasil. Num tal contexto, as formas de solidariedade social acionadas pelos circuitos de relações pessoais, tecidas pelos indivíduos nas suas diferentes esferas de sociabilidade, são fundamentais para se deslindar os mecanismos pelos quais se reproduzem as condições de acesso ao trabalho, para não falar das condições de apoio à sobrevivência (com e) sem trabalho.

Nesta comunicação apresento resultados de uma pesquisa mais ampla, voltada para entender como as oportunidades ocupacionais são postas ao alcance dos indivíduos. Para tanto, focalizarei os mecanismos por estes acionados na saída do desemprego, com especial destaque para a comparação entre o papel dos mecanismos mercantis que se estabelecem no espaço público (agências de emprego, empresas de trabalho temporário, anúncios classificados e

¹ Comunicação apresentada ao Painele 6-11 “Workers and Regional Identities in Twentieth Century Brazil”, realizado no IX Congresso da BRASA – Brazilian Studies Association, Tulane University, New Orleans, USA, em 27-29 de março de 2008. Esta pesquisa contou com financiamentos da FAPESP - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Projeto CEPID-CEM 1998/14342-9), e do CNPq (Auxílio Pesquisa CNPq. 481268/2004-9). A autora agradece o apoio dos assistentes de pesquisa Monise Picanço (Bolsista IC-CNPq) e Murillo Marschner Alves de Britto, no preparo de parte dos dados aqui utilizados. Um primeiro esboço do argumento, por Guimarães e Picanço, compôs o relatório substantivo da pesquisa (Guimarães et al, 2007).

² Socióloga, Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisadora I-A do CNPq associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). E-mail: nadya@usp.br. Página internet: www.fflch.usp.br/sociologia/nadya

similares) e para os mecanismos não-mercantis (redes pessoais) que se estabelecem no âmbito das relações privadas e, mesmo, da intimidade.

Nesta análise, procurarei dialogar com a literatura no campo da moderna sociologia dos mercados, que tem chamado a atenção para a necessidade de atentarmos para o papel das relações extra-econômicas na configuração do comportamento dos atores na vida econômica (Swedberg e Smelser, 1994; Lie, 1997; Fligstein e Dauter, 2007). Com efeito, a mobilização de redes sociais tem sido tomada como um exemplo de interesse, desde o trabalho seminal de Mark Granovetter (1974). As redes se revelaram num mecanismo de surpreendente eficácia para prover ocupação em grandes mercados capitalistas de trabalho; e, nelas, considera-se que seriam os laços mais fracos aqueles capazes de maximizar a circulação da informação ocupacional, aumentando as chances individuais de localizar empregos. Entretanto, alguns estudos têm chamado a atenção para a inusitada virtualidade dos laços mais fortes, observando que, conquanto efetivos para produzir o acesso ao emprego, nem sempre asseguram chances em ocupações de melhor qualidade, o que ampliaria o risco de nova passagem pelo desemprego (Degene et al, 1991).

Situo-me neste campo de discussão, tomando para análise o caso da região metropolitana de São Paulo, maior mercado de trabalho (e de intermediação) do Brasil. Analisarei resultados de um *survey* conduzido junto a uma amostra representativa de demandantes de trabalho em agências de emprego no ano de 2004. Foram entrevistadas 1.549 pessoas, localizadas em 50 diferentes pontos de procura, estratificados segundo a propriedade do estabelecimento onde se ofertava vaga (se governamental, sindical ou privada), o porte do mesmo e a sua localização na região metropolitana de São Paulo.

O achado intrigante vem do fato de que, embora os indivíduos, no momento da entrevista, estivessem procurando trabalho em agências de emprego, e conquanto respondessem que esse era o mecanismo que mais utilizavam em tal procura, ao analisarmos o modo pelo qual diziam ter obtido os seus três últimos empregos, vimos que os mesmos não haviam sido propiciados por esses agentes do mercado de trabalho, mas pelo recurso às redes pessoais tecidas pelos indivíduos em seus espaços de sociabilidade.

Abre-se, em decorrência, uma agenda de perguntas de interesse, a saber: Quão próximos ou distantes de ego eram os contatos que permitiram acesso à ocupação? Que tipo de ocupação se obtem? Quais as características daqueles poucos que procuram – e conseguem obter – trabalho através dos mecanismos de mercado? Serão esses mecanismos mais eficazes para prover ocupações mais estáveis e melhor remuneradas? Para encaminhar possíveis respostas a essas indagações, o texto se estruturará em quatro partes.

Na primeira parte será brevemente retomada a discussão sobre o papel das redes sociais na procura e obtenção de trabalho.

A segunda parte situará o contexto da realidade do mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo, mostrando como os anos 1990 promoveram notável instabilização nas trajetórias ocupacionais dos indivíduos, que passaram a estar sujeitos a um crescente e recorrente desemprego, associado à intensa reestruturação das firmas. Essas duas tendências produziram marcante opacidade na operação do mercado, no bojo da qual se ampliou a importância das instituições de intermediação de oportunidades ocupacionais (agências de emprego, empresas de trabalho temporário e similares), mesmo sabendo-se que, para o

conjunto da população, eram as redes de familiares, amigos e conhecidos os mecanismos mais acionados para se procurar e obter trabalho.

Na terceira parte, a análise se deterá nos dados do *survey* conduzido em 2004. Inicialmente se caracterizará o indivíduo que procurava emprego através dos intermediários, com especial interesse em analisar o tipo de mecanismo regularmente acionado na sua procura de trabalho e confrontá-lo com o tipo de mecanismo que se mostrou eficaz na obtenção dos seus últimos trabalhos – se redes pessoais ou mecanismos de mercado; finalmente, a análise se voltará para explorar o tipo de vínculo que liga o entrevistado ao provedor da informação que lhe permitiu obter um trabalho.

Na quarta parte, organizam-se primeiras conclusões.

1. Redes sociais, procura e obtenção de trabalho: como circula a informação ocupacional?

A reflexão sobre o tema das redes sociais e seu papel na operação dos mercados de trabalho tem tido um significado especial por sua capacidade de trazer à tona, e enfrentar, questões teóricas que são centrais ao debate atual da sociologia. E não me refiro apenas àquelas que dizem da natureza das novas relações de emprego e das formas de acesso a oportunidades ocupacionais em contextos sob crescente flexibilidade (Boyer, 1988; Boyer e Durand, 1997). Com efeito, o tema das redes e do seu lugar na organização da vida social transcende os debates no campo específico da sociologia do trabalho, e nos remete a reflexões que cortam transversalmente diferentes domínios temáticos da sociologia, como sejam aquela relativa aos micro e meso fundamentos da operação das macro-estruturas sociais, uma das quais seria o próprio mercado de trabalho; ou ainda aquela relativa aos resultados econômicos de relações extra-econômicas (Portes, 1998). A primeira delas está no centro do interesse da teoria sociológica contemporânea; já a segunda mostrou-se tão seminal que alavancou o nascimento da chamada “nova sociologia econômica” (Swedberg e Smelser, 1994).

O interesse teórico maior, no presente trabalho, situa-se justamente no campo fronteiro entre as agendas da sociologia do trabalho e da sociologia econômica; e a categoria “mercado” é aquela que se encarrega de estabelecer essa área de confluência. Para a sociologia econômica, teorizar sobre o funcionamento dos mercados, assim como das firmas, destacando os mecanismos sociais (extra-econômicos) que pautam a sua construção foi um domínio privilegiado desde a primeira hora; e não sem razão posto serem mercados e firmas dois dos focos centrais às teorias (formuladas por sociólogos e por economistas) relativas à dinâmica da vida econômica (Swedberg, 1994; Fligstein, 1996; Fligstein e Dauter, 2007; Steiner, 1999 e 2004). Já para a sociologia do trabalho, a categoria “mercado de trabalho” se constituiu também, e desde sempre, em filão central (Kalleberg e Sorensen, 1979; Berg, 1981). Por isso mesmo, tem estado no coração das diversas interpretações, que têm explorado as suas tanto com a dinâmica das firmas (e do processo de organizar e gerir o trabalho que nela tem lugar), quanto com as formas da ação sindical (e os processos de formação e de representação de interesses coletivos dos trabalhadores).

Entretanto, o mercado de trabalho seguiu por muito tempo sendo um âmbito estudado mais pelos seus resultados, por suas configurações (ou, para usar o termo caro aos economistas,

sua “estrutura”), que pelos processos que nele tinham lugar. Tais processos permaneciam pouco percebidos, e pouco se podia entrever sobre a sua complexidade social, responsável por dotar as relações de trabalho que ali se pactuavam de sua particular estruturação em formas institucionalizadas.

A insuficiência desse olhar não deixaria, mais cedo ou mais tarde, de se fazer sentir. Restavam por aclarar pelo menos dois aspectos, cruciais a um olhar sociológico. O primeiro: por que, face a uma pluralidade de possibilidades de troca entre agentes, uma - e apenas uma, dentre elas se tornava efetiva.³ O segundo: quais os mecanismos mobilizados pelos agentes no seu esforço por transformar o pressuposto da infinidade de trocas potenciais no resultado final em que apenas uma dessas trocas se consuma. Ora, o mercado por onde circulava a assim-chamada “mercadoria força de trabalho” por certo não estaria livre do desafio analítico aberto por esse tipo de abordagem.

Os economistas habitualmente respondiam a esse desafio recorrendo às suas funções de preço e produtividade e ao cruzamento entre ambas, cuja condição de possibilidade estava ancorada no suposto da racionalidade da conduta dos agentes econômicos. Assim, o “x” do problema estaria na convergência de interesses em torno do preço pelo qual um trabalhador qualquer, aceitaria vender o trabalho (ou comprá-lo, se tomarmos o ponto de vista do empresário), dada a produtividade suposta (encarnada num certo *quantum* de capital humano) que possui (ou que se necessita adquirir, incorporando ao negócio, novamente se o prisma for aquele do empresário que recruta). Assim, foi dessa maneira, ao mesmo tempo simples e elegante, que os economistas resolveram o problema analítico do encontro entre demandantes de emprego e ofertantes de oportunidades de trabalho. Entretanto, nesse tipo de interpretação, os agentes ficavam destituídos daquilo que nos atrai enquanto cientistas sociais, vale dizer, da sua capacidade de interpretar, de conferir significado a partir de distintas esferas da sua experiência. Estavam reduzidos à forma simples, elegante, mas abstrata que os aprisionava, primeiro, na dinâmica da vida econômica e, segundo, no suposto da racionalidade como fundamento exclusivo para a sua conduta.

Ora, se as características das condições da concorrência perfeita, como transparência, permeabilidade, homogeneidade, mobilidade, entre outras, têm sido postas em questão pela moderna sociologia dos mercados, por certo elas são de duvidosa prevalência e aplicação imediata em especial nos mercados por onde circula o trabalho (White, 1981; Granovetter, 1985 e 1988; Garcia-Parpet, 1986; Swedberg, 1994; Fligstein, 1996; Steiner, 1999 e 2004).

Sabemos que são socialmente complexos os mecanismos pelos quais se entrecruzam a oferta de trabalho e a procura de trabalhadores; e que tais mecanismos passam freqüentemente por instancias não-mercantis, tal como tão bem demonstrado por Mark Granovetter e Nan Lin . Granovetter (1973, 1974, 1985 e 1988), seguindo pistas tão diversas quanto as de Polanyi (1944) e White (1970 e 1981), sugeriu – e documentou empiricamente - que a criação e a evolução de um mercado (aí compreendido o mercado de trabalho) dependeriam de certo número de condições sociais e políticas que contribuiriam igualmente ao seu funcionamento, o que Swedberg (1994) posteriormente denominaria como “estrutura social do mercado”.

³ Claro que aqui retomo, como inspiração, o argumento de Max Weber sobre o encanto da dinâmica dos mercados para a imaginação do sociólogo (1961).

No caso das oportunidades ocupacionais, ou da procura de trabalho, por exemplo, haveria que ter em conta os “contatos” a partir dos quais as pessoas se tornavam sabedoras da informação ocupacional pertinente, mesmo quando elas não estivessem disponíveis no mercado, em busca de uma ocupação. Assim, ao entrevistar chefias e quadros mais altamente qualificados em seu famoso estudo, Granovetter (1974) se deu conta de que o encontro entre demandantes e ofertantes de trabalho se realizava por três diferentes tipos de mecanismos: os procedimentos impessoais (como anúncios e agências de emprego), as candidaturas espontâneas (via prospecção direta junto aos empregadores) e os contatos pessoais. Pouco mais que 5 em cada 10 indivíduos por ele investigados reconhecia nos contatos pessoais, e não nos mecanismos mercantis, a grande via para localizar oportunidades ocupacionais.

Ou seja, aprendemos com esses autores que a articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho não se realiza por mecanismos unicamente mercantis de difusão da informação, mas é também um subproduto de outras relações sociais que não têm uma dimensão mercantil. O funcionamento do mercado de trabalho, como de resto de outros mercados, demanda, assim, que estruturas sociais subjacentes sejam examinadas de maneira a compreender as formas de transmissão de oportunidades.

Qual a importância desses achados e reflexões para um estudo sobre oportunidades no mercado e, mais exatamente, sobre oportunidades de saída do desemprego? Eles sugerem que nem todos os indivíduos têm igual acesso às informações ocupacionais pertinentes e, nesse sentido, nem todos se beneficiam de modo igual de suas redes de relações. Por vezes, dado que a rede à qual têm acesso é menos eficaz em termos da informação que nela circula; outras vezes porque a sua própria posição na rede lhe é menos favorável que a de outras pessoas.

Nan Lin (2001) nos dá pistas importantes para avançarmos no tema. Partindo da idéia de que a estrutura social é piramidal e de que nela sempre existe alguma congruência de status, Lin sugere que o capital social mobilizado por um indivíduo dependeria fundamentalmente da posição dos membros da sua rede no conjunto do sistema de estratificação. Nesse sentido, trocas seriam mais fáceis entre pessoas mais próximas por suas posições de status do que entre aquelas mais distantes, tipificando mecanismos de homofilia na circulação da informação.

Assim, o sucesso da ação de um indivíduo passa a ser visto como dependente da posição, no sistema de estratificação, dos indivíduos aos quais ele está ligado e não mais exclusiva e simplesmente associado seja à sua própria posição individual ou à fluidez do sistema enquanto estrutura. Ao contrário, a mensuração da suas chances na disputa por oportunidades na sociedade, as ocupacionais dentre elas, deve levar em conta não apenas quão extensa é a rede em que a pessoa se insere, mas também qual o nível mais elevado nela alcançado e como se distribuem as relações nesse intervalo, tendo em vista o sistema de estratificação social.

Essa agenda teórica de pesquisas se mostra particularmente elucidativa quando a tomamos em conta para entender realidades como a de mercados de trabalho estruturalmente flexíveis, pouco regulados, com forte peso de relações informais, e marcadamente desiguais em termos dos seus sistemas de estratificação, como é o caso das grandes metrópoles latino-americanas em geral e de São Paulo em particular. Como num mercado assim constituído, os mecanismos mercantis e não-mercantis se combinam para conferir especificidade a sua operação? Este será o objeto da sessão seguinte.

2. Entre o trabalho e o desemprego: os anos 1990 e os novos desafios para os indivíduos à procura de emprego em São Paulo

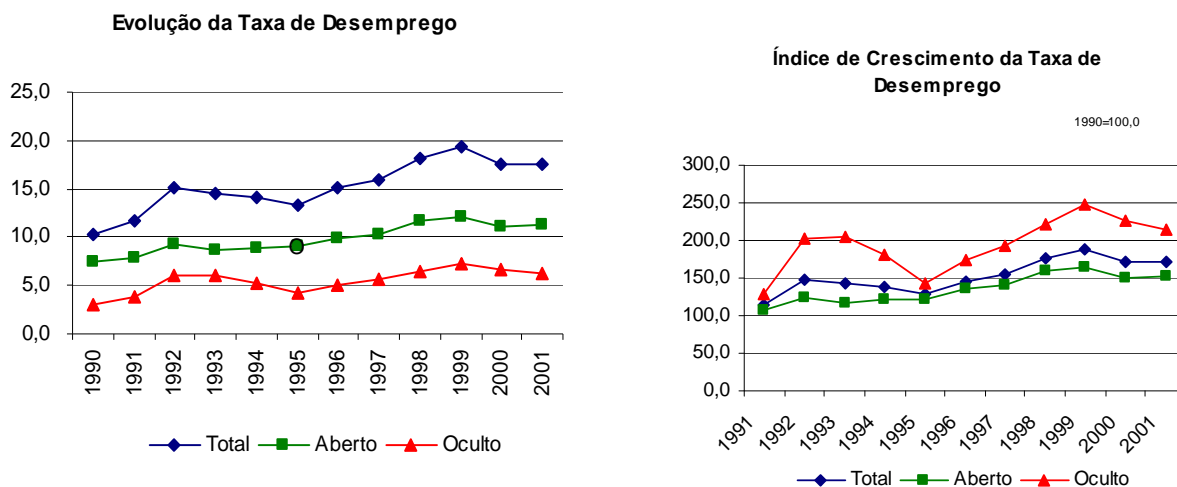
Desde a década de 1950, São Paulo se consolidou como a maior metrópole brasileira. Entretanto, a partir do início dos anos 1980, mas de forma especialmente notável ao longo da década de 1990, a região passou por uma onda de mudanças, associada ao movimento de reestruturação macroeconômica e micro-organizacional que evidenciava os novos padrões de integração internacional e de competição entre firmas. Tal processo atingiu profundamente o mundo do trabalho, com efeitos sobre as condições de ocupação e renda.

Estudos de economistas do trabalho, já desde a primeira metade dos anos 90, vinham documentando alguns importantes correlatos, no mercado de trabalho brasileiro, desse movimento de reestruturação das empresas: aumento do tempo médio de procura do trabalho, intensificação do trânsito formal-informal, enxugamento sistemático de postos no mercado industrial de trabalho, movimento de re-localização setorial da força de trabalho em direção ao comércio e serviços (Dedecca, Montagner e Brandão, 1993; Dedecca e Montagner, 1993; Dedecca e Brandão, 1993; Amadeo et alli, 1993 e 1994; Caruso e Pero, 1995 e 1996; Caruso, Pero e Lima, 1997).

Vejamos um pouco mais detidamente como se reconfigurou o mercado paulistano de trabalho nos anos que antecedem à realização do trabalho de campo da pesquisa cujos resultados apresentaremos em seguida.

Em primeiro lugar, as taxas de desemprego galgaram patamares inusitados, tendo dobrado no curso da década de 1990, com especial destaque para o célere incremento do “desemprego oculto” (Figura 1).

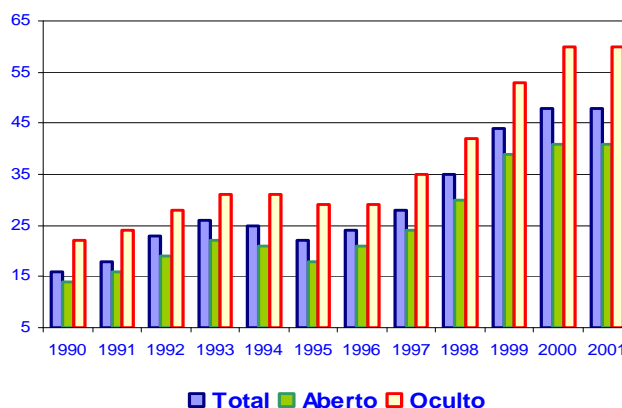
Figura 1
O crescimento do desemprego (em suas diversas formas) nos anos 1990 em São Paulo



Fonte: SEADE-DIEESE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo, 1990-2001

O impacto da nova conjuntura sobre o tempo destinado pelos indivíduos à procura de trabalho tornou-se ainda mais intenso (Figura 2).

Figura 2
O aumento do tempo de procura de trabalho nos anos 1990 em São Paulo (em número de semanas)



Fonte: SEADE–DIEESE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo, 1990-2001

Se considerarmos o conjunto dos indivíduos desempregados, o número de semanas em busca de emprego triplicou nesses 10 anos, acelerando-se particularmente na segunda metade dos anos 1990 e em especial no pós 1997. Mas, se a procura de trabalho se torna muito mais árdua para o conjunto dos que buscam uma ocupação, de novo isso afeta com rigor ainda maior àqueles em situação de “desemprego oculto”, ou seja, procurando trabalho embora tivessem alguma ocupação precária.

Associe-se ao anterior uma terceira evidência: os dados para São Paulo nesse período indicavam que, a cada 12 meses, nada menos que $\frac{3}{4}$ dos indivíduos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho. Em estudo realizado em 1996, Brandão e colegas (2006) concluíram que, nos anos 90, menos que 20% dos indivíduos que transitaram no mercado de trabalho permaneceram no mesmo setor de atividade, na mesma ocupação e posição ocupacional. No outro extremo, mais de 30% dos que transitaram apresentaram mudanças de setor, ocupação ou posição ocupacional. Além disso, só 10% das transições se deram em direção ao mesmo setor e função, ainda assim em posição ocupacional diferente, num período marcado pela alteração das condições contratuais, com redução dos níveis de assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado.

Concluem ainda os autores que, ao lado da insegurança ocupacional que se expressa no desemprego, haveria que reter outra característica do mercado de trabalho paulistano nessa década: a intensidade e imprevisibilidade das transições ocupacionais, cuja dinâmica parecia pouco afeita a ser explicada pelas variáveis clássicas que dizem da inserção e permanência no mercado de trabalho, como a escolaridade e a progressão em carreiras. Segundo as palavras de Brandão e colegas (2006: 124-125):

“A alternância entre postos de trabalho e entre ocupação e desemprego ou inatividade problematiza, para parcela expressiva da PIA, a constituição de trajetórias profissionais, fazendo com que a mudança de emprego esteja, em muitos casos, pouco

associada à progressão vertical entre ocupações ou à formação educacional dos indivíduos. Neste sentido, diante da frequência das transições entre condições de atividade, a existência de um perfil típico de escolaridade se torna pouco provável, decorrência do fato de, em um mercado de trabalho heterogêneo, marcado por intensa rotatividade, os nexos entre experiência de trabalho, instrução e estes fluxos serem muito frágeis, característica só agravada pelas mudanças recentes no padrão de criação de postos de trabalho.”.

A intensidade das transições promovia, assim, uma relativa imprevisibilidade dos percursos profissionais, já que os padrões de mudança entre ocupação e desemprego punham em xeque a possibilidade de construir-se trajetórias ocupacionais que, embora sujeitas a transições recorrentes, fossem trilhadas em setores de atividade profissional que fossem ao menos relativamente circunscritos ao interior no mercado de trabalho.

Arriscaria dizer, à luz desses trabalhos, que o padrão de transição ocupacional que se descrevia como característico dos anos 1990 não se confundia com o tipo de rotatividade no uso do trabalho que fora flagrado pela literatura nacional nos anos 1970 e 1980 (Hoffmann, 1980; Ferrante, 1978; Humphrey, 1982). E por quê? Em primeiro lugar, porque se é certo que entre nós (e desde sempre) o tempo médio de permanência no emprego nunca foi tão longo, ele reduziu-se ainda mais nos anos 90. Em segundo lugar, alterou-se o padrão de percurso ocupacional; ele deixou de se sustentar na (alta) chance de re-inserção na mesma ocupação e/ou no mesmo setor de origem, após um tempo (relativamente pequeno) de desemprego (mesmo que o retorno implicasse alguma perda salarial).

Ou seja, os trabalhadores em São Paulo ingressam nos anos 2000 sob o impacto de uma intensificada insegurança ocupacional, conseqüente à perversa combinação entre, por um lado, o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho e, por outro, um sistema de proteção ainda pouco efetivo. O intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho refletia, assim, o esforço individual no sentido de obter algum rendimento que permitisse a sobrevivência dada a fragilidade da proteção institucional, ainda que isso acarretasse passar com muita frequência da condição de ativos à de inativos, de ocupados à de desempregados.⁴

Nessas condições, a relação entre oferta e demanda tende a se tornar crescentemente opaca: para os desempregados tornava-se difícil obter um novo trabalho, especialmente porque, frente à intensa reestruturação, desatualizavam-se seus códigos e conhecimentos relativos à operação habitual do mercado; para os empregadores, o fabuloso volume da oferta que lhes chegava por gravidade, a qualquer movimento de abertura de vagas, tornava oneroso e quase imponderável o processo seletivo. Criava-se, assim, a necessidade do intermediador, aquele que constrói a ponte entre circuitos opacos do mercado de trabalho. Ademais, a escala em que esses fenômenos ocorrem numa macro-metrópole como São Paulo, tornava a intermediação de

⁴ Essas condições produziram entre nós um fenômeno algo diferente do que fora observado, notadamente a partir dos 80, nos países europeus economicamente mais avançados. Nestes, foi o aumento do desemprego de longa duração que se constituiu no desafio, tanto à interpretação dos cientistas sociais, quanto aos modelos de financiamento das políticas de proteção social, construídas ao longo de uma sólida experiência de regimes públicos de *welfare*. (Ledrut, 1966; Maruani e Reynauld, 1993; Demazière, 1995; Friot e Rose, 1996; Gallie e Paugam, 2000; Maruani, 2002).

empregos um negócio não apenas viável, mas amplo o suficiente para atrair crescentemente novas firmas.⁵ E é isto o que mostram os dados relativos aos anos 1990.

Com efeito, nessa década, proliferaram as agências de emprego e as empresas de trabalho temporário, num ritmo de crescimento notável. Tomando como exemplo o coração industrial do país, o chamado “ABC paulista”, localizado na região metropolitana de São Paulo, estudo realizado entre as empresas de intermediação de trabalho ali atuantes, em 2002, documentou a perfeita sincronia existente entre a intensificação da chegada desses intermediadores e a intensificação do processo de reestruturação das firmas na região. Nada menos que 60% das empresas privadas de intermediação que operavam no ABC em 2002 tinham sido fundadas a partir de 1995; quase $\frac{3}{4}$ delas se tinham estabelecido no curso dos anos 1990.⁶ Mais ainda, georeferenciando os dados relativos à localização dessas empresas no Estado de São Paulo, vê-se que é na região metropolitana que está concentrada a sua parcela mais importante. E, nesta, a distribuição se faz em alguns aglomerados, que sugerem a provável existência de *clusters* de intermediadores (Guimarães, 2006-a).

Tal expansão das instituições de intermediação e, notadamente, daquelas vocacionadas ao chamado “negócio do trabalho temporário” já vinha sendo crescentemente tratada por uma literatura internacional, que, se não chegava a ser abundante, não deixava de ser significativa, recobrando tanto os Estados Unidos (Peck e Theodore, 1999; Pastor et al, 2003), quanto a Europa (Forde, 2001; Beynon et al, 2002; Gray, 2002; Bergstrom e Storrie, 2003; Koene e Purcell, 2004), e mesmo países da América Latina (Echeverría, 2001). Todos esses estudos destacavam a nova figura que emergia no mercado de trabalho, organizando a intermediação entre, por um lado, necessidades cada vez mais flexíveis (em termos numéricos e funcionais) de parte das empresas e, por outro lado, a busca de novas oportunidades ocupacionais por trabalhadores que ou haviam sido desligados depois de contratos duradouros em funções agora reestruturadas, ou eram (re)ingressantes no mercado de trabalho.

Todavia, e retomando o caso brasileiro, se é certo que, na São Paulo dos anos 1990, se constituiu um pujante mercado voltado para fazer circular a informação ocupacional, nem de longe isso permite concluir que apenas os mecanismos mercantis pautassem o modo de procura de trabalho dos brasileiros vivendo na metrópole paulista.

Com efeito, em *survey* anterior, conduzido em 2001, com uma amostra representativa da população ativa da região metropolitana, encontrei que, no seu esforço por procurar trabalho, os indivíduos acionavam diferentes mecanismos e perseguiam as mais diversas vias (Guimarães, 2006-b)⁷. Entretanto, dois mecanismos se destacavam como os mais

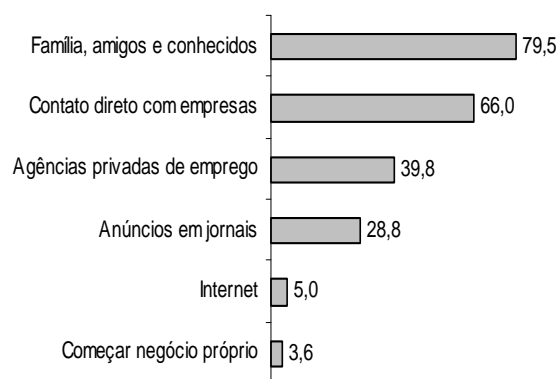
⁵ Não é ocioso frisar que, nos momentos de pico nas taxas de desemprego, o contingente dos que estavam a procura de trabalho poderia alcançar 2 milhões de pessoas na grande São Paulo, que se transforma num verdadeiro território do desemprego.

⁶ Para maiores detalhes sobre os resultados desse estudo, ver Pamplona (2002).

⁷ Trata-se do *survey* “Mobilidade Ocupacional”, levantamento suplementar à PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizado entre abril e dezembro de 2001 junto a uma amostra representativa da população economicamente ativa na região metropolitana de São Paulo. O levantamento foi conduzido pelo Centro de Estudos da Metrópole em parceria com a Fundação SEADE. Durante 9 meses, entre abril e dezembro de 2001, cerca de 27 mil domicílios foram pesquisados, do que resultou uma base de informações sobre 53.170 indivíduos, dos quais, no momento da entrevista, cerca de 28.189 foram classificados como ocupados, 6.627 como desempregados e 18.354 como inativos. Um questionário retrospectivo explorou os eventos ocupacionais e as estratégias de sobrevivência e de obtenção de trabalho entre 1994 (Plano Real) e 2001. Detalhes e outros resultados ver Guimarães (2006).

freqüentemente mobilizados (Figura 3): as redes de contatos pessoais (referidas como expedientes habituais de procura por 8 em cada 10 entrevistados) e a prospecção direta e individual junto a empresas (referidas por quase 7 em cada 10 entrevistados). Ou seja, o achado sugeria que, em São Paulo, ao tempo em que proliferavam as instituições do mercado de intermediação, a procura de trabalho era um empreendimento que se resolvia maioritariamente no âmbito privado, via mecanismos que remetiam ao esforço individual, solitário e/ou mobilizando os seus contatos pessoais – muito distante, assim, dos circuitos mercantis que se haviam constituído.

Figura 3
Região Metropolitana de São Paulo, 2001:
Mecanismos mais utilizados na procura de trabalho



Fonte: Pesquisa Cebrap/CEM - Seade, Survey “Mobilidade Ocupacional”, RMSP-abril/dez. de 2001. Esta pergunta admitia resposta múltipla. Apud Guimarães (2006-c)

Mas, observando com um pouco mais de atenção a Figura 3, veremos que uma terceira alternativa também ali se delineava: quase 4 em cada 10 indivíduos buscavam uma saída no mercado de trabalho através das agências privadas de emprego. Muito pouco, ou quase nada, se sabia sobre quem eram esses indivíduos que acorriam às instituições do mercado de intermediação na sua busca por ocupação. Essa foi a fronteira de análise que passei a explorar e de que tratarei na seguinte seção.

3. Os usuários das agências de emprego: entre as instituições do mercado e as redes pessoais

Para seguir avançando, havia que produzir um levantamento primário de dados, num primeiro esforço por caracterizar o indivíduo que afluía ao mercado de intermediação de trabalho no Brasil. Desse modo, entre julho e agosto de 2004, conduzi um novo *survey* na região metropolitana de São Paulo, entrevistando uma amostra de pessoas a procura de trabalho em agências de emprego.⁸

⁸ O *survey* alcançou uma amostra de 1549 demandantes de emprego, selecionados a partir do seguinte procedimento estatístico. O universo da pesquisa foi constituído pelos demandantes de emprego em

A primeira e mais interessante constatação foi a de que, se para o conjunto da população ativa da região metropolitana de São Paulo (entrevistada por amostra em 2001) as redes pessoais eram, de longe, o mais importante mecanismo de procura de trabalho, para o indivíduo que procura emprego através das instituições do mercado de trabalho este não parece ser exatamente o caso. Visto à luz dos dados da Tabela 1, ele parece ser um tipo especial de desempregado, ao qual provocativamente poder-se-ia chamar de “profissional da procura” já que recorre sobretudo às instituições especializadas do mercado de intermediação de vagas. E, curiosamente, o faz com fidelidade destacável: os que encontramos em procura numa agência privada diziam que era ali o espaço onde costumavam acorrer na busca de empregos; resposta similar deram os demandantes que entrevistamos em agências sindicais, tanto quanto os que encontramos em agências ou postos de intermediação governamentais.

Tabela 1
O demandante em agências de emprego em São Paulo: um especialista?

	Ag. Gov.	Ag. Sind.	Ag. Priv.	Total
Família, amigos e conhecidos	26,7%	16,5%	23,2%	22,0%
Contato direto com empresas	31,6%	38,2%	34,7%	34,9%
Agências privadas de emprego	45,4%	58,1%	92,6%	65,1%
Anúncios em jornais	12,2%	20,2%	22,6%	18,3%
Internet	8,6%	13,4%	18,0%	13,3%
Começar negócio próprio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Agências de emprego do governo	89,4%	23,7%	20,4%	44,2%
Agências de emprego sindicais	8,3%	75,5%	17,8%	34,7%
Inscrição em concursos	0,8%	0,7%	0,6%	0,7%
Outros	4,9%	6,5%	3,8%	5,1%

Fonte: CEM, *Survey* “À procura de trabalho”, Pesquisa amostral na região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004.

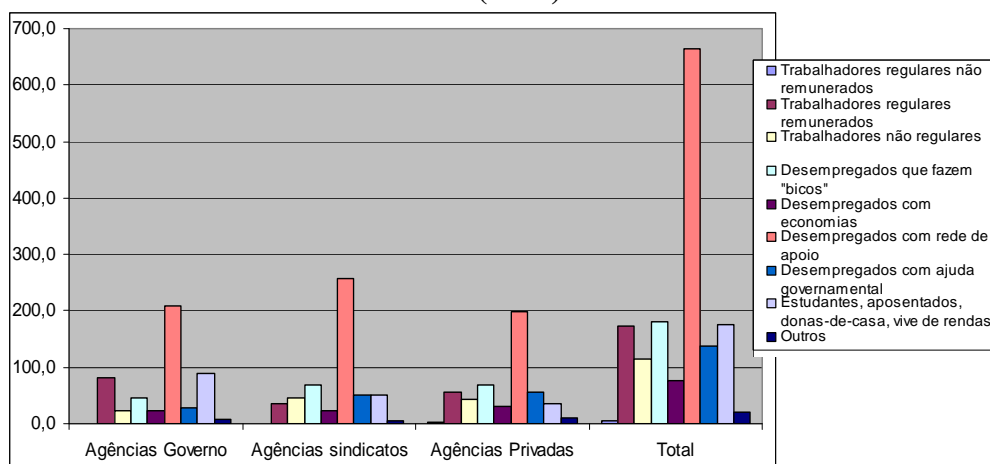
Familiares, amigos e conhecidos têm, entre eles, pouco mais que um terço da importância que havíamos encontrado no *survey* domiciliar de 2001, quando observamos o conjunto da população economicamente ativa. Nas agências, apenas 22% em média e, no máximo, 27% diziam usar as suas redes pessoais na busca de emprego. Observe-se também que, entre os usuários de agências, se eleva o peso dos que procuram trabalho através da internet: no levantamento domiciliar eles eram cerca de 5%, agora são mais que o dobro - 13% em média -, podendo alcançar 18% entre os que procuram emprego nas agências privadas.

Quando disse que esses indivíduos eram uma sorte de especialistas em procurar trabalho, deixei entrever a importância de outra característica: a de estarem desempregados, procurando ativamente trabalho, enquanto o seu sustento era provido por uma rede (familiar) de apoio e proteção. Tal situação é característica dos mais jovens, que têm a condição de

agências estatais, sindicais e privadas na RMSP. O universo dos demandantes por emprego foi subdividido em conjuntos menores (domínios) formados pelos demandantes por emprego na RMSP nos três tipos de agências: estatais, sindicais e privadas, conforme dados disponíveis em julho de 2004. Para cada um desses domínios foi sorteada uma amostra independente, cujo desenho foi planejado independente e diferentemente devido às suas características específicas de cada domínio. Dois traços foram comuns aos três planos amostrais: utilizou-se amostras estratificadas proporcionais ao tamanho; e, como não dispúnhamos de um cadastro com todos os demandantes por emprego segundo cada tipo de agência, adotou-se como técnica de seleção a amostragem probabilística em dois estágios (por conglomerados).

“filhos” e vivem no domicílio, não tendo completado a transição para a vida adulta, o que nos dá outra pista para o perfil desses demandantes (Figura 4). Mas, por outro lado, esse achado sugestivo permite hipotetizar que, nesse grupo, as redes sociais seriam mais importantes como mecanismos de sobrevivência que como mecanismos de circulação de informação ocupacional e de obtenção de trabalho pretendido; ao menos as redes que se situam no circuito mais próximo e em torno dos chamados “elos fortes”, tecidos na família de residência.

Figura 4
Situação ocupacional atual dos que procuram trabalho em agências de emprego em São Paulo (2004)



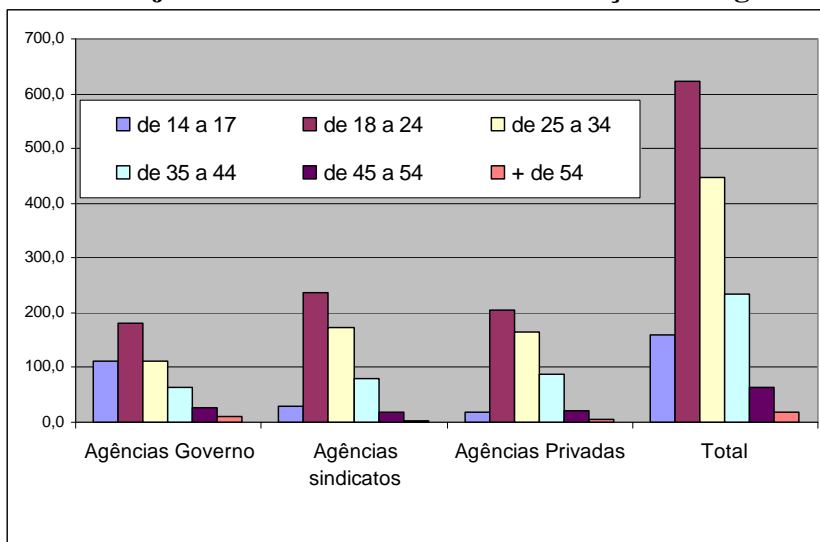
Fonte: CEM, *Survey* “À procura de trabalho”, Pesquisa amostral na região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004.

Avançando um pouco mais a respeito das especificidades, tanto do público que circula no mercado de intermediação, quanto dos que buscam os intermediários privados, diria que essa é uma estratégia que atrai especialmente os jovens desempregados, em sua maioria primo-demandantes no mercado de trabalho. Vejamos a Figura 5.

O grupo de 18 a 24 anos de idade é o mais freqüente em todos os tipos de agências investigadas, notadamente naquelas de tipo público.⁹ O perfil desse desempregado se completa quando investigamos outras características da amostra, a saber a sua escolaridade (maior também entre os jovens), a sua posição na família (importante o peso dos que tinham a condição de filhos) e a sua experiência anterior no mercado de trabalho (sobressaindo-se os primo-demandantes).

⁹ O que não é de surpreender, dados os serviços correlatos que ali são ofertados, como emissão de carteira de trabalho, bem como vista a existência, a essa época, de programas especiais para jovens, voltados a ampliar o acesso ao primeiro emprego. São aqueles muito mais jovens os que acorrem em busca desses serviços.

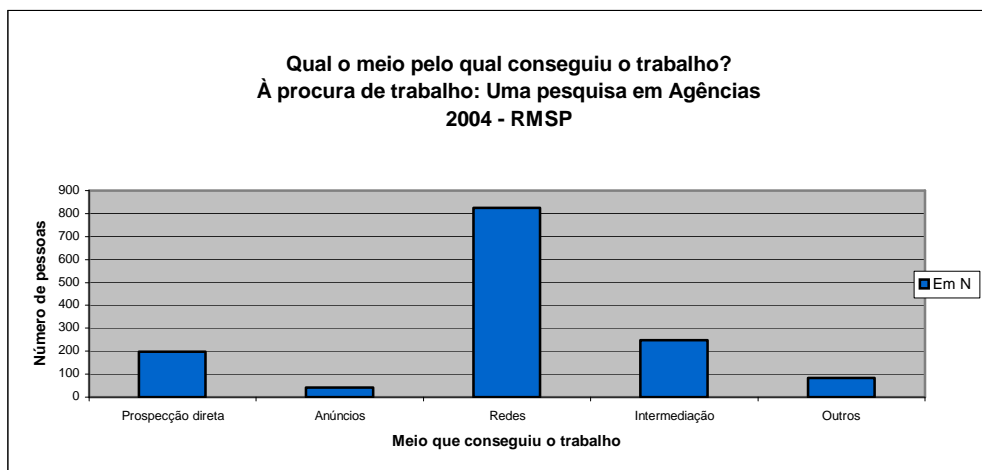
Figura 5
Os jovens no mercado de intermediação de vagas



Fonte: CEM, *Survey* “À procura de trabalho”, Pesquisa amostral na região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004.

Mas, uma surpresa nos esperava. Quando indagados com respeito ao mecanismo pela qual haviam obtido o seu último emprego, aqueles “profissionais da procura” nos disseram haver acionado as suas eficientes redes de contatos pessoais. Repetimos a indagação para o penúltimo e para o antepenúltimo dos seus empregos; a resposta predominante seguia sendo a mesma: os circuitos privados, as redes pessoais - e não os mecanismos mercantis - eram os que propiciavam encontrar trabalho – mesmo entre aqueles indivíduos que diziam buscá-lo sistematicamente através dos mecanismos institucionalizados no mercado de intermediação.

Figura 6
Os mecanismos de obtenção do último trabalho. São Paulo, 2004



Fonte: CEM, *Survey* “À procura de trabalho”, Pesquisa amostral na região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004.

Em que pese o questionário não ter sido concebido para operacionalizar uma pesquisa que permitisse mapear e mensurar padrões de conectividade que caracterizariam estas redes, as suas perguntas facultavam uma primeira aproximação. Para tal, classifiquei os mecanismos de procura de trabalho de modo a diferenciar um conjunto de “circuitos”, como doravante os denominarei, que denotassem graus de proximidade variáveis entre ego e a fonte de provimento da informação que o levara a obter trabalho. Assim, quatro diferentes circuitos de proximidade foram identificados:

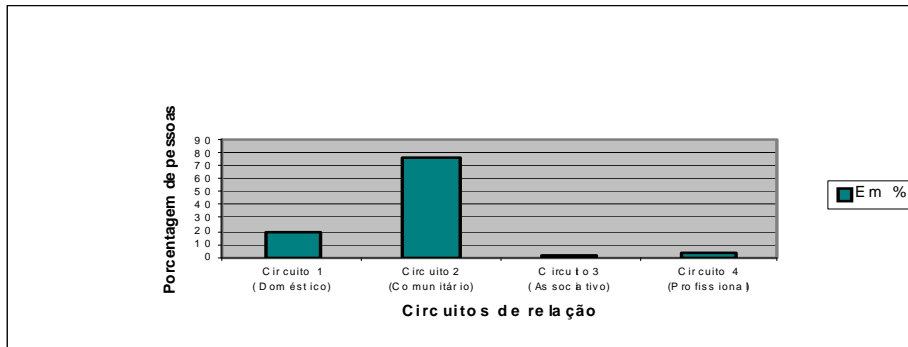
- Circuito 1: nele a informação ocupacional provem dos indivíduos mais chegados ao entrevistado, seus familiares, que com ele dividem a moradia; por isso mesmo o denominei “Circuito Doméstico” .
- Circuito 2: nele a informação ocupacional provem de um círculo de relações mais amplo por incluir uma rede de contatos que avança em direção ao seu meio social mais próximo, formada por elos que devem ainda ser bastante estreitos por envolverem amigos, vizinhos e parentes (que não co-habitam com ego); denominei-o de “Circuito Comunitário”.
- Circuito 3: nele a informação ocupacional provem de um círculo de relações ainda mais amplo, que abarca vínculos de outra natureza e talvez menor intimidade, tecidos pelo respondente em sua interação com companheiros em sindicatos, comunidades de bairro, e outros tipos de associações; denominei-o “Circuito Associativo”.
- Circuito 4: nele a informação ocupacional provem de um círculo de relações também tecido em âmbitos amplos como os do circuito 3, embora de outra natureza, já que proveniente de antigos colegas de trabalho, pelo que foi denominado de “Circuito Profissional”.

Tais circuitos, definidos por sua progressiva distancia face ao entrevistado, podem ser um proxy para o grau de proximidade das relações. Podemos supor que os laços fortes têm maior probabilidade de serem tecidos nos circuitos 1 e 2 que nos circuitos 3 e 4. Nesse sentido, mesmo sabendo que o questionário pode não ser a melhor forma de medir a força dos vínculos, tomamos a tipologia dos circuitos acima como uma forma de aproximação. Do mesmo modo, arriscamos assumir que, quanto mais se avance em direção a circuitos mais distantes daqueles onde se espera encontrar maior intimidade, provavelmente maior será a dispersão das conexões estabelecidas; nesse sentido, os vínculos assim estabelecidos tendem a recobrir um espaço de relacionamentos progressivamente mais amplo. E talvez não seja exagerado admitir que haja maior probabilidade de, quanto mais dispersas as conexões, maior o número de pontes que necessitariam ser estabelecidas para articular circuitos de laços mais fracos.

Assumindo esses pontos de partida, podem-se contemplar os resultados sintetizados na Figura 7 com respeito à força de cada um dos circuitos de contatos, isto é, à sua capacidade de prover informação eficaz para dar acesso ao respondente a uma oportunidade de trabalho.

A observação da Figura 7 permite inferir que são justamente os circuitos de maior proximidade, os circuitos doméstico (1) e comunitário (2), aqueles com maior capacidade de prover a informação que levara ao emprego. Ou seja, e à diferença esperado, ele sinaliza para a maior relevância dos circuitos de maior proximidade (nos quais esperamos que se teçam os laços mais fortes) no sentido de produzir acesso ao trabalho. Mas, se o circuito doméstico importa, ele não é, entretanto, o mais significativo; tal lugar cabe ao que denominei “circuito comunitário”, formado por amigos, vizinhos e parentes com os quais não se co-habita.

Figura 7
A capacidade de prover acesso ao trabalho segundo os circuitos de contatos.
São Paulo, 2004



Fonte: CEM, *Survey* “À procura de trabalho”, Pesquisa amostral na região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004.

Como explicá-lo? Uma boa razão pode vir do perfil da amostra. Tal como vimos antes, metade dela é constituída por jovens, pouco experientes em termos ocupacionais e tentando inserir-se (ou consolidar a sua inserção) no mercado de trabalho. Nesse grupo são pouco relevantes tanto os elos formados no circuito associativo, como os formados no circuito profissional. Com efeito, são os mais experientes no mercado de trabalho aqueles que dispõem de um circuito profissional que os pode amparar nas novas iniciativas de procura. Este achado, por sua vez, conflui para o que fora encontrado por Degenne et al (1991), cujos resultados apontam que, entre os jovens, são os laços fortes aqueles de maior eficácia, vista a menor experiência profissional; seria justamente a maior experiência a responsável por dar força aos elos fracos.

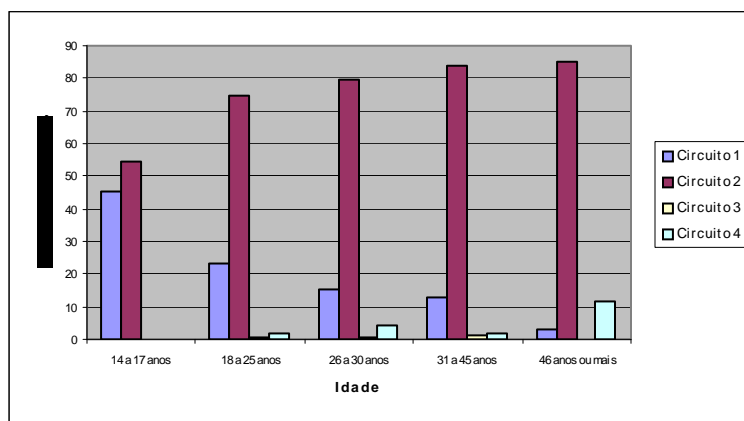
Para melhor explorar essa hipótese, controlamos o efeito da variável idade. E, de fato, vemos na Figura 8 que, à medida que esta aumenta, cai abruptamente a importância do circuito de maior intimidade (o doméstico) no provimento de ocupação, tendo representatividade mínima quando se observa o grupo de “46 anos ou mais”, confirmando a explicação proposta acima; são os laços mais próximos ao entrevistado aqueles que se mostram mais importantes para a inserção dos jovens menos experientes. Cresce, ao contrário, a importância do circuito profissional, provavelmente o mais distante com respeito ao meio doméstico.

O circuito comunitário é aquele que mais cresce com o passar da idade, e esta parece ser outra novidade. Acreditando que neste circuito ainda predominem laços fortes, o achado novamente contrariaria a expectativa de que os elos fracos seriam mais eficazes para promover acesso a oportunidades que redundam em ocupação. Entretanto, esse tipo de achado ecoa argumento do próprio Granovetter (1974, 1985) que sugeria que, entre indivíduos menos qualificados para a competição no mercado de trabalho, e em contextos de maior pobreza, seriam os vínculos de maior proximidade aqueles de maior alcance e recurso, justamente pela menor especialização e menor chance de mobilidade geográfica de parte do demandante. E este parece ser o caso da grande maioria da amostra alcançada por este *survey*.

O circuito associativo revelou uma importância mínima. O achado não deixa de ser eloquente, não tanto para hipóteses sobre os mecanismos de procura, mas no que aponta em direção a possíveis medidas de inserção social dos desempregados numa metrópole pobre como São Paulo. Dito de outra forma, a crescente força do associativismo não parece se refletir

num empoderamento dos desempregados. Em outra ocasião (Guimarães, 2002) sublinhei como a condição de desempregado não se constitui no Brasil dos nossos dias (e não é assim em outros contextos, mesmo latinos, veja-se o caso argentino) em substrato eficiente para a construção de uma identidade coletiva que produza qualquer associativismo de relevo que esteja a ela conectado. Isso por certo se expressa neste achado. Todavia, nele parece estampar-se algo mais: a escassa capacidade associativa desses indivíduos, a qual pode ser uma medida de seu relativo isolamento.¹⁰

Figura 8
A força dos circuitos de contatos varia conforme a idade
São Paulo, 2004



Fonte: CEM, *Survey* “À procura de trabalho”, Pesquisa amostral na região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004.

No circuito profissional revela-se a importância do grupo dos “antigos colegas de trabalho”. Como seria esperado, ela cresce com o passar do tempo, se entendermos que o aumento da idade é também um bom *proxy* do aumento da experiência no mercado de trabalho. Este, sim, parece sugerir a importância de laços fracos, conquanto relativamente restrita, no conjunto, e circunscrita, a certo grupo de idade.

4. Breves comentários finais à guisa de conclusão

Havíamos visto na primeira seção, que, na literatura do campo do mercado de trabalho, a rede é pensada como sendo um mecanismo importante pelo qual o indivíduo pode ter acesso a informações novas, por ele ainda não sabidas, aumentando, assim, as suas chances de (re)localizar-se no mercado. Desse modo, dependendo da natureza da rede, a sua virtualidade, a esse respeito, pode ser maior ou menor. E, com efeito, também vimos anteriormente que as redes podem diferenciar-se pela proximidade dos vínculos que tecem, laços (ou elos) fortes ou

¹⁰ Tal isolamento pode ser ainda mais grave se tomarmos em conta, como assinalado antes, as características do sistema brasileiro de proteção ao desemprego, que ainda é recente, restrito e pouco diversificado na sua cesta de benefícios.

laços (ou elos) fracos, cuja intensidade fora operacionalizada por autores como Granovetter, a partir de um conjunto razoavelmente preciso de características como a frequência do contato, a intensidade emocional nele envolvida, a importância dos serviços recíprocos e o grau de intimidade que a relação comportava.

Conquanto o questionário que levamos a campo (até mesmo pela surpresa do achado) não nos permitisse uma operacionalização acurada da intensidade do vínculo, a eloqüência do resultado empírico nos levou a explorá-lo de maneira a produzir alguma aproximação que nos permitisse entender melhor o que obtivéramos para a região metropolitana de São Paulo.

Desse modo, considerando-se a eficácia da rede do ponto de vista da sua capacidade de circular informação, pode-se hipotetizar que o indivíduo terá uma rede tanto mais eficaz para gerar informações novas, quanto mais diversificados forem os seus contatos. Ademais, uma rede lhe seria tanto mais útil (i.e., com maiores chances de que sua candidatura ao posto de trabalho fosse temporalmente viável, isto é, encontrasse a vaga ainda por preencher), quanto maior fosse a velocidade de chegada da informação ao demandante, o que provavelmente quer dizer quanto menor fosse o número de pessoas pelo qual tal informação passasse. Ou seja, é preciso que haja pontes que interliguem e estreitem círculos distintos de relação. Tais pontes seriam responsáveis por trazer novas informações de círculos de relações mais distantes a um círculo de relações mais próximas. Dessa forma, a pessoa que dispuser de mais conhecidos que lhe façam pontes entre círculos, disporá de uma rede de contatos mais diversificada, ganhando, assim, acesso a maior quantidade de informações; e mais, obterá também melhores informações, uma vez que tem o meio mais curto de conseguí-las, beneficiando-se dos seus “contatos-ponte”. Os laços fortes por não demandarem pontes, dados os seus vínculos imediatos com ego tendem a ser redundantes, produzem informação com grande chance de já ser conhecida de ego. Daí porque o argumento da seção inicial: se os laços fortes provêm informação, se eles dão acesso a oportunidades ocupacionais no mesmo circuito social de ego, eles tendem a facultar acesso a oportunidades de trabalho cuja qualidade muito provavelmente não alavancará a posição de ego na estrutura social.

Qual a importância dos achados até aqui apresentados para estimular a reflexão sobre a operação dos mercados de trabalho?

Eles revelam, desde logo, a complexa composição da força entre laços fortes e fracos num mercado, como o de São Paulo, sujeito a elevado e recorrente desemprego, do que resultam vínculos frágeis e trajetórias incertas. Dizem, ademais, do peso dos elos fortes e das chances de que a homofilia que neles se contem neutralize possíveis elos entre trabalho e mobilidade social, reproduzindo as condições do meio que provê a informação eficaz para a obtenção de trabalho.

Nossos resultados indicaram que, na metrópole paulista, nosso maior aglomerado de agentes intermediadores de empregos, a articulação entre ofertantes e demandantes se realiza tanto por mecanismos mercantis como por mecanismos não-mercantis de difusão da informação. E, mais, que tal articulação costuma ser um subproduto de relações sociais que não têm uma dimensão mercantil e que plasmam, de modo indelével, o mundo mercantilizado. Nesse sentido, o funcionamento do mercado de trabalho, como de resto de outros mercados, demanda que outras estruturas sociais subjacentes sejam examinadas de maneira a compreender as formas de transmissão de oportunidades.

Mas, a análise antes desenvolvida permite também entender como o processo de construção social da procura de trabalho segmenta não apenas oportunidades, mas também espaços e, assim fazendo, diferencia os mecanismos pelos quais os indivíduos buscam trabalho. A descrição do processo de procura em agências como um mundo onde se concentram trabalhadores jovens, material e simbolicamente preparados para encetar certo tipo de procura, pode ser um achado valioso para entender a diversidade das formas de operação desse mercado que se localiza no interior do mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

Amadeo, Edward; Barros, Ricardo Paes; Camargo, José Marcio; Pero, Valéria; Urani, André (1993). “Human Resources in the Adjustment Process”, *Textos para Discussão*, n. 317, Rio de Janeiro, IPEA, outubro.

Amadeo, Edward.; Camargo, José Marcio; Gonzaga, C.; Barros, Ricardo Paes; Mendonça, Rosane (1994) “A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980”, *Textos para discussão*, n. 353, Rio de Janeiro, IPEA, outubro de 1994.

Berg, I (Ed) (1981). *Sociological Perspectives on Labor Markets*. New York: Academic Press.

Benarrosh, Y. (2000), Tri des chômeurs et consensus des acteurs de l'emploi. Vers une approche des « trappes d'inemployabilité », *Travail et emploi*, n°81, janvier, pp 9-26

Benarrosh, Y. (2005) Traitement des chômeurs: discours institutionnel, pratiques des acteurs, mimeo, 53 pp.

Benner, C.; Leete, L.; Pasto, M.(2007) *Staircases or treadmills?: labor market intermediaries and economic opportunity in a changing economy*. New York, Russell Sage Foundation.

Bergstrom, O.; D. Storrie (2003) *Contingent Employment in Europe and the United States*, Cheltenham: Edward Elgar.

Beynon, H., Grimshaw, D., Rubery, J. e Ward, K. (2002) *Managing Employment Change: The New Realities of Work*, Oxford, Oxford University Press.

Boyer, R. (1988), ed. *The search for labour market flexibility : the European economies in transition*. Oxford e New York, Clarendon Press e Oxford University Press.

Boyer, R. ; Durand, J-P. (1997). *After Fordism*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire : Macmillan Business.

Brandão, S.; Watanabe, M.; Ferreira, S. & Montagner, P. (2006). “Mobilidade ocupacional: a experiência da Região Metropolitana da São Paulo” In: Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. *Desemprego: Trajetórias, Identidades, Mobilizações*. São Paulo, Editora do Senac, cap. 2, pp. 91-126. Versão revista de parte do relatório final do projeto “Mobilidade ocupacional: interação entre experiência e escolaridade”, São Paulo, SEADE, julho de 1997.

Cardoso, Adalberto M.; Comin, Alvaro; Guimarães, Nadya A. (2006) “Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira”. In: Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata (orgs.) *Desemprego: Trajetórias, Identidades, Mobilizações*. São Paulo, Editora do Senac, 2006, cap. 1, pp. 45-90.

Caruso, Luis Antonio e Pero, Valéria (1995) *Trajetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET.

Caruso, Luis Antonio e Pero, Valéria (1996) *Trajetórias intersetoriais e reconversão profissional dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET.

Caruso, Luis Antonio; Pero, Valéria; Lima, Maria Ilka (1997) *Desemprego Industrial e Trajetórias Intersectoriais*. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET.

Dedecca, Cláudio (1996) “Desemprego e Regulação no Brasil Hoje”. *Cadernos do Cesit*, n. 20, Campinas. Unicamp- IE-Cesit.

Dedecca, Claudio (1999). *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas, Unicamp-IE, Coleção Teses.

Dedecca, Claudio; Brandão, Sandra (1993) “Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho”, in: B. Appy et al. *Crise Brasileira: Anos 80 e Governo Collor*, CGIL/CUT/DESEP, S.Paulo, pp. 307-350.

Dedecca, Claudio; Montagner, Paula (1993). “Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho. Considerações sobre o caso brasileiro”. *Textos para discussão*, n. 29, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, outubro.

Dedecca, Cláudio; Montagner, Paula; e Brandão, Sandra (1993). “Recessão e Reestruturação Econômica: as Novas Condições de Funcionamento do Mercado de Trabalho na Década de 90”. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 26 pp.

Degenne, A. ; Forsé, M. (1994). *Les Réseaux Sociaux*. Paris, Armand Colin.

Degenne, Alain ; Fournier, Irene ; Marry, Catherine ; Mounier, Lise (1991). “Les relations sociales au coeur du marche du travail”, in: *Sociétés Contemporaines*, n.5, março, pp. 75-97.

Demazière, D. ; Guimarães, N. A. ; Sugita, K. (2006) « Unemployment, a biographical experience » in : Kase, K. e Sugita, K. orgs. (2006) *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective: Comparative Studies of Japan, France and Brazil* University of Tokyo, Institute of Social Sciences (ISS Research Series, # 19), Tóquio, cap. 4.

Demazière, Didier (1995), « Compter et contourner le chômage », in : *La sociologie du chômage*, Paris, La Découverte.

Dini, Nadia (2005). “Plano amostral da pesquisa com desempregados em agências de emprego”. São Paulo, CEM-Cebrap, janeiro, 10 pp.

Echeverría, M. (2001). Condiciones de trabajo en sistema de subcontratacion. In: Ximena Díaz, Eugenia Hola (orgs.) *Trabajo, flexibilidad y género: tensiones de un proceso*. Centro de Estudios de la Mujer, Santiago.

Faria, Vilmar Evangelista (1976). *Occupational Marginality, Employment and Poverty in Urban Brazil*. PhD Dissertation, Harvard University, Cambridge, Mass.

- Ferrante, Vera Lucia B. (1978). *FGTS – Ideologia e Repressao*. São Paulo, Ed. Atica.
- Fligstein, N. (1996). “Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions”, *American Sociological Review*, v.61, n. 4, Aug., pp.656-673.
- Fligstein, N. e Dauter, L. (2007) “The sociology of markets” in *Annual Review of Sociology*, vol. 33, pp. 105-128.
- Forde, C. (2001) ‘Temporary Arrangements: the Activities of Employment Agencies in the UK’ *Work, Employment and Society* 15:3, 631-644.
- Friot, Bernard e Rose, José (1996). *La Construction Sociale de l’Emploi en France – Les années soixante à aujourd’hui*. Paris, L’Harmattan e Forum
- Gallie, Duncan e Paugam, Serge. (2000), *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford, Oxford University Press
- Garcia-Parpet, M.F (1986) “La construction sociale d’un marché parfait : le marché au cadran de Fontaines-en-Sologne », in :*Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris.
- Gautié, Jérôme (2003). « Transitions et trajectoires sur le marché du travail », *Quatre-Pages*, n. 59, sept., Paris, Centre d’Études sur L’Emploi.
- Granovetter, M. S. (1973) “The strength of weak ties”, *American Journal of Sociology*, 1973, pp. 1361-1380.
- Granovetter, M. S. (1974) *Getting a Job – a study on contacts and careers*. Cambridge, Harvard University Press.
- Granovetter, Mark (1985) “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91 (3): 481-510.
- Granovetter, Mark (1988) «The Sociological and Economic Approaches to Labor Market Analysis: A Social Structural View», in: M. Granovetter & R. Swedberg (eds.) (1991) *The Sociology of Economic Life*, Boulder: Westview Press: 233-263
- Gray, A. (2002) ‘Jobseekers and gatekeepers: the role of the private employment agency in the placement of the unemployed’ *Work, Employment and Society* 16:4, 655-674.
- Guimarães, Nadya Araujo (2002) “Por uma Sociologia do Desemprego”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , São Paulo, Anpocs, n. 50, outubro.
- Guimarães, Nadya Araujo (2004) *Caminhos Cruzados – Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores*, São Paulo, Editora 34 e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 405 pp.
- Guimarães, Nadya Araujo (2006). “O trabalho em transição. Uma comparação entre São Paulo, Paris e Tóquio”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 76 (novembro de 2006), pp.159-177.
- Guimarães, N.A. (2006-a) “Empresariando o Trabalho: Os agentes econômicos a intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos” comunicação à Mesa Redonda “O mundo do trabalho e o empresariado”, V Workshop “Empresa, Empresários e Sociedade: O mundo empresarial e a questão social” (PUCRS, Porto Alegre, 2-5 de maio de 2006). A ser publicada pela *Dados*, (Rio de Janeiro, IUPERJ), 2008, n.2, no prelo.

Guimarães, N. A. (2006-b) En busca de trabajo: ¿cuándo las instituciones del mercado significan una diferencia? In: *Revista de Trabajo*, n. 2, Nueva Época (Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Argentina), junho, 2006.

Guimarães, N. A. org (2007). *À Procura de Trabalho: instituições de intermediação e redes sociais na saída do desemprego*. Relatório final apresentado ao CNPq (Aux. 481268/2004-9), São Paulo, CEM, julho, 13 capítulos, 402 pp.

Guimarães, Nadya Araujo et al (2003). *Desemprego. Abordagens Institucional e Biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00, São Paulo, fevereiro de 2003. Versão digital em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>

Guimarães, N.A.; Hirata, H.; Montagner, P.; Sugita, K (2004) “Desemprego: mercados, instituições e percepções. Brasil e Japão numa perspectiva comparada.” *Tempo Social*. São Paulo: , v.16, n.2, p.257 - 288.

Hoffmann, Helga (1980) *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo, Ed. Atica, 2ª edição.

Hoffmann, Marise e Brandão, Sandra. (1996) “Medição do Emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais”. *Cadernos do Cesit*, n. 22, Campinas. Unicamp-IE-Cesit.

Hoffmann, Marise e Cutrim, Maria Alice (2000). Unemployment in Brazil: How can it be measured? Comunicação em Seminário, São Paulo, Cebrap, outubro.

Humphrey, John (1982). *Fazendo o “Milagre”*, São Paulo, Ed. Vozes e Cebrap.

Kalleberg, A e Sorensen, A (1979) “The sociology of labor markets” in *Annual Review of Sociology*, vol. 5, pp. 351-379.

Kartchevsky, A; Caire, G. (2000). *Les agences privées de placement et le marché de travail*. Paris, L’Harmattan.

Koene, Bas e Purcell, Kate (2004) “The value of relationships in a transactional labour market: constructing a market for temporary employment”, manuscrito não-publicado, outubro.

Ledrut, Raymond (1966), *Sociologie du chômage*, Paris, PUF

Lie, John. « Sociology of Markets », *Annual Review of Sociology* vol. 23, pp. 341-360.

Lima, Ilka (1997). “Mobilidade Ocupacional” in: Segundo Relatório de Pesquisa, *Projeto FINEP/CIET* “Trajetórias Intersetoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria”, Rio de Janeiro, CIET.

Lin, Nan. (2001) *Social Capital. A theory of social structure and action*, Cambridge: Cambridge University Press

Maruani, Margaret (2002). *Les Mécomptes du Chômage*. Paris, Bayard.

Maruani, Margaret e Reynaud, Emmanuèle. (1993), *Sociologie de l’emploi*. Paris, Éditions La Découverte.

Pero, Valéria (1997). “Migração para fora do mercado formal de trabalho” in: Segundo Relatório de Pesquisa, *Projeto FINEP/CIET* “Trajetórias Intersetoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria”, Rio de Janeiro, CIET.

Polanyi, Karl. (1944) *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus (2000).

Portes, Alejandro (1998) "Social capital: its origins and applications in modern Sociology" in *Annual Review of Sociology*, vol. 24, pp. 1-24.

Rosendo, Rosileide (2006) *Mercado de trabalho e transições ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 138 pp.

Smelser, Neil and Swedberg, Richard (eds) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Princeton University Press, 1994, 1ª edição.

Steiner, Philippe (1999). *La Sociologie Economique*. Paris, Éditions La Découverte

Steiner, Philippe (2004). "Le marché vu par la sociologie économique ». Lille, 2004 (manuscrito), 28 pp.

Swedberg, R. (1994). "Markets as Social Structures". In: Smelser, Neil and Swedberg, Richard (eds) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1994, cap. 11, pp 255-282.

Troyano, Annez A. (1990). "A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, SEADE, vol.4, n. 3/4, jul/dez, pp. 69-74.

Weber, Max (1922 [1961]) *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica.

White, Harrison C. (1970) «Matching vacancies and mobility», *Journal of Political Economy*, 78(1): 97-105

White, Harrison C. (1981) «Where do markets come from?», *American Journal of Sociology*, 87(3): 517-587]